

CONJUNTURA E ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER DO MARQUESADO DA TOSCANA NO SÉCULO XI

Natalia Dias Madureira²³

Artigo recebido em: 21/05/2016

Artigo aceito em: 27/06/2016

Resumo:

A ocasião da realização de um concílio – num período em que estes já tinham se consolidado no interior da agenda da Cristandade ocidental e envolvia boa parte do laicado aristocrático local – contava com consistentes mobilizações dos bispos, uma vez que as deliberações oriundas de tal assembleia iam moldando as ações e posições da Igreja subsequentemente. Numa atmosfera de instabilidade e conflitos, por conta da requisição de dois bispos à sucessão pontifícia, um novo concílio foi convocado. O local escolhido para a realização do mesmo, no ano de 1064 foi Mântua, território medular dos domínios da casa de Canossa. A realização e desdobramento do que foi chamado de Concílio de Mântua é uma mostra da condução e da ação política de Godofredo da Lorena, Beatrice e Matilda de Canossa ao integrarem notáveis representantes da esfera social do período aos seus espaços de poder.

Palavras-chave: Condado de Canossa – Século XI – Poder local – Concílio de Mântua

²³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso e membro do VIVARIUM – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo desde 2010. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4476296U0>

Abstract:

The occasion of a council - at a time when they had already consolidated within the Western Christendom agenda and involved much of the laity site aristocratic – had consistent mobilization of the bishops, since the resolutions arising from such an assembly would shaping the actions and positions of the church subsequently. In an atmosphere of instability and conflict, due to the request of two bishops on papal succession, a new council was called. The venue for the realization of the same in the year 1064 was Mantua, medullary territory of areas of Canossa house. The realization and unfolding of what was called the Council of Mantua is a show of driving and policy action from Godofredo of Lorraine, Beatrice and Matilda of Canossa to integrate notable representatives of the social sphere of the period to their positions of power.

Keywords: County Canossa – 11th century – Local power – Council of Mântua

* * *

Introdução

A família dos condes de Canossa e marqueses da Toscana, uma das mais relevantes e abastadas do norte da Itália no século XI, foi presença ativa em diversas ocasiões em que os rumos das trajetórias dos poderes, tanto laico quanto religioso do período foram decididos. O seu próprio núcleo familiar enfrentou dificuldades por conta das diferentes propostas de gestão e diretrizes de posicionamento almejadas e apresentadas por quatro diferentes e sucessivos administradores: Bonifácio da Toscana, que ao morrer em 1052 tem seu posto de margrave ocupado por Godofredo, duque da Lorena, que se casa com a viúva deste em 1054; Beatrice, a esposa, que apresenta uma discordância em relação à política tanto do primeiro como do segundo marido e por fim, Matilda, filha de Beatrice e Bonifácio, responsável pela

caracterização de uma política com viés de cunho local, que apresenta um consistente governo de quase quatro décadas, fruto de seu preparo e capacidade de coordenar um território vasto e heterogêneo.

A casa canossana apresentava certa proximidade com a chamada ‘Alta Política’ – o que muitos historiadores caracterizam como sendo aquela representada por papado e império no período – porém, não como sua auxiliar ou portadora de subserviência. A tessitura que envolve tal poder aristocrático – mais perceptível na figura de Matilda – o ambienta como detentor de uma lógica social própria, exercendo um governo local, que não reportava à esferas consideradas ‘superiores’. Em vários momentos é possível identificar tal autonomia; um desses episódios foi o Concílio de Mântua, realizado em 1064 no interior dos domínios canossanos, que recebeu importantes representantes da aristocracia e membros da Cristandade ocidental para pôr fim à disputa empreendida por dois bispos que reclamavam a ocupação do trono pontifício. O fato de um evento da importância de um concílio ter sido realizado em terras canossanas, onde a escolha de um sucessor de São Pedro se deu, apresenta indícios da proeminência social dessa família no período.

Realização e relevância dos concílios

Ao longo dos séculos a Igreja realizou concílios em seu interior para a tomada de decisões. Os primeiros registros de sua existência remetem ao século I, quando a Igreja ainda não havia se dividido entre Ocidental e Oriental e, por esse motivo, por algum tempo ainda foi possível a realização de concílios ecumênicos, no sentido lato do termo, ou seja, que pudessem convocar os bispos de forma universal, em sua totalidade. Sua estrutura tinha o senado romano como protótipo de inspiração e, inicialmente, as convocações visavam a resolução de questões referentes à condução da Igreja. Porém, não havia pretensão de que se tornasse um evento tão

intrinsecamente relevante para a trajetória eclesial, como veremos ainda. A necessidade foi o fio condutor de seu apelo. No entanto, no decorrer dos séculos, as assembleias anteriores – em vista dos resultados geralmente positivos conquistados – criaram um precedente de legitimidade e referência no interior da Igreja. Mas afinal, o que é um concílio? Qual o significado social e histórico tanto para a vida religiosa quanto para os personagens e a conjuntura que permeia esse trabalho? Apresentaremos, portanto, uma breve contextualização social de tais congregações.

Um concílio “significa, principalmente, qualquer tipo de assembleia, até mesmo uma secular” (HEFELE, 1997, p. 10). Contudo, apesar dessa definição abrangente e genérica, nos ateremos às reuniões relacionadas à Igreja, tendo estas, inclusive, contado, um bom número de vezes, com a presença de laicos – sobretudo se seus nomes estivessem acompanhados de títulos reais ou aristocráticos.

Por um lado, os grandes concílios da antiguidade, reunidos pela iniciativa da autoridade imperial e celebrados à sua sombra, tiveram sua caracterização no fluxo da tradição do cristianismo oriental de língua grega. Aparecem neles três elementos: em primeiro lugar, a concepção primordial na formulação das “profissões de fé” (*oroi*); umas profissões que estão inspiradas na necessidade vital de “dar conta da fé”, embora estão condicionadas, em grande medida, pela confrontação com as correntes heréticas, às profissões são adicionadas algumas normas disciplinares para a vida interna das comunidades (*cânones*). Em segundo lugar, a participação nas tarefas conciliares se mostra “aberta” tanto aos teólogos como aos laicos, enquanto essencial (mas não exclusiva) a intervenção dos bispos, e pouco a pouco se converteu em *conditio sine qua non* a participação dos cinco patriarcas apostólicos. Finalmente, constituem um fator de especial importância a participação de representantes dos ambientes monásticos, dada seu crescente prestígio espiritual e social. (ALBERIGO, 1993, p. 11-12)

Como o excerto ressalta, esta era uma condição e/ou caracterização dos concílios da Antiguidade. No entanto, durante a Idade Média, estes apresentam uma configuração um pouco diferente. Aqui, eles tem seu alcance de participantes reduzidos à igreja latina – e em alguns casos, apenas à romana, fazendo com que os concílios convocados sob a denominação de ecumênicos ou gerais ficassem restritos a esse raio de alcance. Os concílios contavam não apenas com a presença de laicos, mas poderiam, também, ser convocados por eles, como o caso de Basileia, em 28 de outubro de 1061, recrutado pela imperatriz Agnes, viúva de Henrique III, imperador da Germânia. Nesse período, os concílios já haviam se firmado como um evento de suma importância dentro da experiência eclesiástica; contavam, inclusive, com uma lógica própria, onde, “as normas para a disciplina da comunidade se transformam em uma verdadeira legislação social, destinada a regular aspectos da vida da ‘cristandade’ (...). O direito canônico adquire assim, uma centralidade eclesial, desconhecida no primeiro milênio” (ABERIGO, 1993, p. 12).

A principal característica de constituição dos concílios, aqui, é a presença dos bispos. Porém, para que seja considerado como tal, e não como um sínodo, por exemplo, a presença do papa ou de seus legados, ou mesmo o consentimento deste primeiro é imprescindível. Nos antigos concílios ecumênicos, os decretos precisavam da confirmação tanto do papa, quanto do imperador. Posteriormente, somente o sucessor de São Pedro poderia validá-los. Qualquer grave ameaça à condução da ordem cristã era motivo mais que suficiente para a convocação de um concílio; fosse essa ameaça interna, como a necessidade de regulamentar a conduta dos religiosos (Latrão II, 1123), ou externa, como o seu posicionamento ante o surgimento de novas religiões (Trento, 1545-63), e as deliberações deveriam ser acatadas por toda a comunidade eclesiástica. Não menos importante foi o papel desempenhado pelo papa Leão IX em relação à realização e legitimação dos concílios. Durante os cinco anos de seu pontificado (1049-1054), ele efetuou um número de assembleias muito superior à de outros papas; “celebrou quatro concílios em Roma, mas também reuniu sínodos em Pavia, Reims, Magonza, Siponto, Vercelli e Mântua” (FALCONIERI,

2012, p. 326), o primeiro já na Páscoa de 1049. Essas frequentes reuniões deram a tônica da gestão de Leão IX, uma vez que, sendo a característica estrutural desse papado, foram usadas por ele como ‘palcos’ da divulgação da reforma. Em linhas gerais, surge aqui um mecanismo de retroalimentação: o papa promove suas ideias com frequência, dada a regularidade dos concílios, que por contarem com a presença e estímulo do Sumo Sacerdote, acabam por ser legitimados com uma importância maior do que a conquistada até então; por sua vez, isso confere aos ocupantes do trono papal garantias de validação das decisões empreendidas nessas ocasiões.

A realização dos concílios é também bastante fluida. Não há uma regularidade pré-estabelecida com intervalos fixos. O que possibilita ou permite esses encontros são as demandas da Igreja, a necessidade da tomada de decisões em conjunto, uma vez que as orientações surgidas no núcleo de tais assembleias se propagavam para diversas localidades. No entanto, no período compreendido em meados do século XI, a sua realização se tornou muito mais recorrente. Encontramos notáveis mudanças ocorridas no interior da Igreja, como a ascensão do cardinalato, que – agora reunido em um colégio – concentrava poderes deliberativos sendo responsável, a partir de 1059, pela escolha dos papas. Bem como a influência massiva do monge beneditino Hildebrando, que antes de se tornar papa em 1073 ocupou os distintos cargos de “cardeal-subdiácono, tesoureiro da Igreja Romana, e abade de S. Paulo”, além de “arcebispo e chanceler da Igreja romana” (HEFELE, 1997, p. 11) a partir de 1059, o que lhe permitiu adquirir conhecimento e experiência nos assuntos referentes à política eclesiástica. Desde a década de quarenta do século XI, é possível perceber a presença do religioso de Soana, incentivando e participando da trajetória de papas reformistas, como o bispo de Toul, Bruno, que foi sagrado pontífice em 21 de fevereiro de 1049, recebendo o nome de Leão IX (STROLL, 2012, p. 34), e que, apesar de continuar se mantendo leal ao império germânico – dada sua origem – agiu com tenacidade e vigor, pelos cinco anos que duraram seu pontificado, promulgando modificações na Sé romana e servindo de inspiração – ao menos no sentido reformador – aos seus sucessores.

Foi assim, portanto, mesmo com sua flexibilidade e alterações estruturais que os concílios gerais, sobretudo aqueles ocorridos na Idade Média, se configuraram como elementos de fundamental importância e legitimidade para a agenda eclesiástica do Ocidente. Mesmo em vista de todas as mudanças ocorridas no seio da Igreja – e conseqüentemente na vida social – essas assembleias deliberativas se mantiveram como um ponto de referência, que oferecia aos religiosos um ambiente para tomadas de decisões e aos fiéis em geral a licitude das orientações procedentes destas.

A movimentação da casa de Canossa

Por restringirmos aqui, o legado da casa de Canossa substancialmente a quatro personagens – Bonifácio, Godofredo, Beatrice e Matilda – precisamos identificar com certo detalhe as formas como os mesmo estabeleciam suas relações sociais, uma vez que, como veremos, não há uma coesão, tampouco um projeto político tradicionalmente linear entre eles. Sobretudo quando o marquesado se manteve sob as gestões subsequentes de Bonifácio e Godofredo, o que vemos é a presença de uma constante oscilação que ora pende mais para uma parte do clero, ora para outra²⁴; ora se desloca, ora se aproxima da corte imperial, deixando claro que quando se trata

²⁴ Por vezes, o trono papal foi ocupado por religiosos que não tinham origem romana, como Leão IX, oriundo da Germânia e que, por isso, era mais próximo ao Imperador; que nessa época contava com o suporte do conde de Canossa, Bonifácio, como seu servo. Ou como o sucessor de seu sucessor, Estevão IX, irmão do duque da Lorena, Godofredo, e que, conseqüentemente, dispunha do suporte de um dos aristocratas com maior concentração fundiária do período. Esses religiosos, antes de serem sagrados pontífices, sendo eles bispos ou abades, formaram uma rede de aliança e apoio, que acabaram por se transformar em sua ‘corte’ papal. No caso de Leão, por exemplo, houve resistência por parte do clero romano em aceitar sua presença e por vezes, as ideias não estavam de acordo. Ou seja, um apoiador do papa, não necessariamente seria um simpatizante dos eclesiásticos de Roma. De acordo com a movimentação social de Bonifácio, e igualmente de Godofredo, entre esses grupos, suas relações se estreitavam ou se afastavam do séquito papal ou imperial (e os usamos aqui apenas como referência a título de ilustração, e não como os dois únicos polos de poder passíveis de associação. Portanto, não consideramos o clero do período como uma unidade coesa, e sim, como detentor de diferentes grupos sob essa denominação.

desses dois senhores, nem sempre uma das opções exclui a outra; nem sempre se está do mesmo 'lado'. Expliquemos:

Bonifácio era vassalo do imperador da Germânia, Conrado II que, morrendo em 1039, deixa o posto de soberano para ser assumido por seu filho, Henrique III. No mesmo ano, tinha se dirigido mais ao norte, em auxílio de Henrique contra o conde de Champagne, Odo (DUFF, 1909 p. 18). Da mesma forma, o marquês da Toscana, pela deferência que desprendia à família imperial, esteve presente na coroação de Henrique como novo regente, em 1046, prestando-lhe juramento. Como a cerimônia ocorreu em Roma, aproveitando a estada na Itália, o soberano se deslocou para a parte setentrional do país, visitando Canossa. Quando retornou para a Germânia, o margrave toscano o acompanhou, assegurando sua proteção e integridade, como forma de manter a cordialidade ao seu senhor. No entanto, por conta da visita à região da Toscana, Henrique pode verificar quão extenso era o poder de Bonifácio nestas paragens e isso o deixou apreensivo, uma vez que um aristocrata dispondo de tão considerável domínio representava uma ameaça. O regente germânico empreendeu algumas ações com a finalidade de diminuir a autonomia do marquês canossano, ou mesmo para conseguir ter maior controle sobre a região. Uma dessas medidas foi a determinação do papa Clemente – sob orientação de Henrique – de que as igrejas da Toscana e da Lombardia não mais se reportariam à Milão; sua 'prestação de contas' deveria remeter à Ravenna, ou se se preferir, onde os olhos do imperador podiam alcançar de maneira mais nítida (RUST, 2011 p. 154).

Clemente II, que havia sido entronizado por Henrique III, morreu subitamente em 1047, mas antes teve tempo de conferir ao imperador o direito de nomear o ocupante do trono papal. Ou seja, qualquer que fosse a origem do religioso a suceder São Pedro, este sempre reportaria ao imperador, não haveria autonomia do líder da Igreja em relação à corte laica germânica. Se valendo desse poder, Henrique entronizou Poppo, bispo de Brixen, então chamado Dámaso II. Contudo, outro religioso ressurgiu de um cisma, anterior à eleição de Clemente II, reivindicando o

posto pontifício: Bento IX. Este último recebera o apoio de Bonifácio de Canossa para ascender ao trono papal. O imperador, desgostoso desse posicionamento apresentado pelo marquês, sob ameaça de invasão, o obrigou a mudar o foco, redirecionar seu apoio e entronizar Dámaso (GOLINELLI, 2004, p. 107). Esses recorrentes desentendimentos entre o margrave toscano e o soberano germânico se desdobraram até a morte de Bonifácio, em 1052.

Foi durante o pontificado deste papa [Vitor] que o glorioso duque e margrave Bonifácio morreu, deixando as crianças como seus herdeiros. Não muito depois, no entanto, Duque Godofredo, um homem magnífico, mais ativo nos assuntos militares, veio à Itália e tomou sua viúva como esposa. (SUTRI, 2004, p. 194)

Como dito anteriormente, a relação entre o gestor da casa de Canossa e o imperador Henrique nos anos anteriores à morte do marquês não era das mais tranquilas. São dois representantes de espaços de poder suficientemente significativos, que quando aliados, entendem a extensão do suporte mútuo, mas que, quando em situação de conflito de interesses, na mesma proporção, representam ameaça bilateral. Não se trata de relação de forças entre pessoas e sim, entre o lugar social que estas ocupam. Não é contenda pessoal. O que se coloca em questão é disputa entre o que eles simbolizavam politicamente e não quem eram. Prova disso é o fato de que, após a morte de Bonifácio, o ímpeto de Henrique III em se beneficiar dos rendimentos de seu oponente, o fizeram suspender todos os privilégios de jurisdição desse marquesado.

Com a morte de Bonifácio, o imperador Henrique III não vislumbrava mais nenhum significativo obstáculo entre ele e a fortuna da casa de Canossa, sendo questão de tempo até que ele conseguisse integrar esse considerável patrimônio à corte germânica. A viúva Beatrice não representava uma ameaça, uma vez que essa não figurava como alguém que compactuasse com as ações de Bonifácio, tampouco aparentava o menor indício de que daria continuidade à política do falecido marido. Porém, apenas dois anos depois, em 1054, o soberano recebe a notícia de que esta

sua prima de descendência germânica e lorenense, se casou – sem o seu consentimento – com o também duque da Lorena, Godofredo. Talvez se Beatrice tivesse se casado com algum aliado político ou vassalo leal de Henrique, o problema, para ele, pudesse ser de menor incidência, ou mesmo poderia facilitar seu acesso à riqueza canossana. No entanto, assim como acontecera com Bonifácio, o imperador, por algumas vezes, havia entrado em desentendimento com Godofredo que, potencializado pela realização do casamento, nessa ocasião, havia se tornado *persona non grata* aos olhos do rei.

A principal preocupação do império não era os Normandos, mas a segurança de meia Itália contra a combinada casa de Lorena e Canossa. Dos ducados, Lorena era o perigo mais sério. Ao contrário dos outros, não foi um território tribal, mas uma coleção de senhorios sob Duque Gozelo até sua morte em 1044. Seu filho, Godofredo o Barbudo, co-duce da Alta Lorena, queria ser investido com os territórios de seu pai, mas Henrique III não toleraria sua afirmação a uma reivindicação de direito hereditário, e eles entraram em confronto. (STROLL, 2012, p. 55)

Apesar de fazer, como seu antecessor, uma política de enfrentamento à corte imperial, o que diferencia Godofredo de Bonifácio não é a motivação; mas sim, o direcionamento desta. O pai de Matilda, empreendia esforços no sentido de estabilizar e cravar de vez a relevância e o legado da casa de Canossa, que vinha sendo galgado ao longo dos anos por seus antepassados. Já o duque da Lorena advogava em causa própria, uma causa que não deixou de ser lorenense nem mesmo quando este assumiu o marquesado da Toscana por conta de seu casamento com Beatrice. Numa primeira e genérica análise, poderíamos colocar os dois senhores em pé de igualdade quanto ao propósito de suas empresas: a fixação e expansão dos espaços de poder por eles ocupados. Porém, se esse exame tem como ponto de partida o marquesado toscano, é certo que o duque lorenense pode ser disposto em uma posição divergente daquela intencionada por Bonifácio. Todas as ações executadas por Godofredo remetiam à Lorena; jamais à Canossa. Para ele, todo o patrimônio existente no norte da Itália, que fora somado ao seu, representava apenas um apêndice do seu desejo de expansão de

domínios. E ainda aqui, não há o apoio ou a participação conjunta e concorde de Beatrice. São vozes destoante dentro de uma mesma casa. Godofredo se envolve tanto com o papado quanto com o império. Não podemos perder de vista, no entanto, que em nenhum dos dois casos – nem mesmo quando nenhuma das opções acima é escolhida – o duque age como um agente auxiliar, colocando os domínios tanto da Lorena como de Canossa à disposição de forças maiores. O que acontece é o inverso: a aliança, ou apoio, se estabelece no sentido de beneficiá-lo. A dita “Alta Política” é acionada quando há a possibilidade de que seus integrantes, ou sua influência, de alguma forma cooperem e sigam de encontro com os anseios dessa casa.

Beatrice, quando casada com Bonifácio, não aparece muito na historiografia à frente de grandes empresas. Sua presença é relatada em concílios, entronizações, cerimônias de diferentes naturezas, mas não há a evidenciação de uma política que a represente, ou que a coloque como um agente político da casa de Canossa. Durante seu casamento com Godofredo, sua conduta não recebe grande destaque. O motivo, porém, não é uma inércia consciente ou falta de interesse no que tange a gestão dos domínios; a presença do esposo lorenense é que não lhe concede espaço para articular as experiências políticas do consolidado e respeitado marquesado da Toscana da forma que pretendia. É possível perceber Beatrice começando a se articular de forma gradual, no sentido de retomar o controle sobre suas possessões e voltar a imprimir a marca canossana ao seu patrimônio, no período que envolve o concílio de Mântua.

Identificamos esses quatro personagens como desempenhando quatro tipos de governo, que, apesar de sucessivos²⁵, se apresentam de maneira distinta. Temos, primeiramente, Bonifácio, que por mais que definitivamente realizasse uma política

²⁵ Não nos pautamos apenas em descendência e parentesco por consanguinidade, uma vez que, na data do concílio de Mântua, quem respondia pelo marquesado da Toscana era a duquesa Beatrice, viúva do marquês Bonifácio e que não tinha ‘sangue’ canossano e seu marido atual, o duque da Lorena, Godofredo. Se estabelecêssemos parâmetros de descendência direta para assegurar a legitimidade do governante, esse período poderia ser visto então, como uma entressafra entre a terceira e quarta geração, o que para essa reflexão não se aplica, uma vez que a quantidade de significativos episódios que tiveram seu marco nessa época e que contou com a ampla participação da casa de Canossa, não podem ser ignorados.

canossana, apresenta um *modus operandi* diferente até mesmo daquele efetivado por sua esposa – que havia convivido por um tempo considerável com ele – e de sua filha. O marquês oscila não somente entre aproximações e distanciamentos com corte imperial e papado; suas ações também, por vezes, beiravam a heresia (DONIZONE, 2008, p. 101). Godofredo, como já dissemos, passeia pelas relações que alguém com sua fortuna e posição normalmente estabelece com seus interlocutores, sempre no sentido de angariar benefícios para seu governo lorenense e para a preservação e expansão de sua fortuna. O marquês toscano, consolida o nome e a posição de poder local de sua linhagem. O duque da Lorena age no sentido de transformar o notável marquesado em sua colônia; não como fusão ou sincretismo, e sim, como mais um polo de incorporação e reprodução da política lorenense.

Beatrice, por sua vez, governou sozinha por muito pouco tempo e em ocasiões espaçadas. A primeira delas se deu após o falecimento do primeiro marido, que menos de dois anos depois teve sua posição ocupada por Godofredo da Lorena. O fato aqui é a incongruência de proposições. Como já tomamos ciência do tipo de política que o duque quisera aplicar à casa toscana, seguimos afirmando que a viúva de Bonifácio não compactuava com esse direcionamento, uma vez que o mesmo descaracterizaria o legado que fora construído pelos antepassados canossanos. Para evitar que isso se efetivasse, Beatrice se empenhou não em retomar completamente o que havia sido deixado e efetivado por Bonifácio, mas em impedir que a posição de poder local que a casa de Canossa galgara no norte da Itália fosse consumida por uma política exterior. Quando fica viúva novamente, em 1069, já conta com o auxílio de Matilda na gestão dos domínios, porém estes ainda se encontram ameaçados pela sombra lorenense, uma vez que a morte de Godofredo abriu espaço para uma dupla investida simultânea por parte de seu filho e herdeiro homônimo: Godofredo, o esposo de Matilda, com a morte do pai, assume o ducado da Alta e Baixa Lorena e conseqüentemente, assumiria o marquesado da Toscana. Não podemos precisar se seu intuito era dar continuidade à política do seu genitor, mas certamente não se empenharia em seguir o governo característico de sua sogra e/ou esposa.

Por fim temos Matilda, que apesar de governar com a mãe por certo tempo, após a morte desta, em 1076, dá início a uma individual e longa gestão de trinta e nove anos, sendo caracterizada por sua tenacidade e poder de decisão frente a diversas adversidades e infortúnios ocorridos nesse período. Por isso identificamos os quatro governos como diferentes. Ainda que Matilda estivesse em conformidade com a política aplicada por Beatrice em vida, o fato de ter comandado os domínios canossanos sem nenhuma interferência interna a partir de 1076 até sua morte, em 1115, nos permite visualizar de maneira mais aberta as nuances de sua gestão à frente de uma das maiores fortunas fundiárias do norte da Itália medieval.

Pontificados reformistas e a proximidade da casa de Canossa

Em determinada ocasião, voltando de Verdun, passando por Liège, o papa Leão IX conheceu o arcebispo de Saint-Laurent, Frederico. A empatia entre eles foi imediata e motivo mais do que suficiente para que o pontífice levasse o religioso consigo para a Itália em 1051 (GLAESNER, 1947, p. 379). Leão foi considerado um homem piedoso, apesar de ser um papa combativo militarmente; sobretudo porque foi no tempo em que permaneceu sob a coroa papal que se deu uma maior incidência de Normandos no sul da Itália, ocupando principalmente a Calábria e Cápua. Durante seu pontificado, diversos sínodos foram realizados; não só na Itália, mas em países como a França e a Alemanha. Estes discutiam a simonia e o nicolaísmo praticado no interior da Igreja. Em 1053, o papa realizou também um concílio em Mântua, (ROBINSON, 2004, p. 145) ‘capital’ dos domínios canossanos. No entanto, nem o peso social que tem um concílio ou a presença de um papa, por si só, garantiam o bom andamento, tampouco a finalização desta assembleia.

O ano de 1054 não fora marcado somente pela morte de Leão IX, mas também, pela cisão definitiva – e até agora irrevogável – entre a igreja latina e a igreja

ortodoxa oriental (ALBERIGO, 1993, p. 159). Depois de sua morte, mais um bispo germânico ascendeu ao trono papal: o prelado Gebhard de Eichstädt, recebendo, em 1055, o nome de Vitor II. Apesar de também empunhar a bandeira reformista, seu pontificado de dois anos não lhe permitiu grandes realizações. Em 1057, no entanto, eis que o pontífice escolhido é o abade de Montecassino, Frederico da Lorena – aquele que havia se encontrado com Leão IX –, então chamado de Estevão IX. Este religioso, diferindo dos papas anteriores de origem germânica ou mesmo romana, era lorenense, irmão do duque Godofredo da Lorena, segundo esposo de Beatrice da Toscana. Por ser bem próximo do papa Leão e seu chanceler, além de cardeal romano, dispunha de distinta reputação. Porém, sua eleição ocorreu de maneira apressada, sem que a corte germânica pudesse ser avisada de antemão, ou mesmo consultada. Ou seja, não foi uma escolha realizada nos moldes tradicionais, com o aval do império (CANTARELLA, 2008, p. 60).

A entronização de Estevão IX que tinha ocorrido, como dissemos, em condições muito excepcionais, havia revelado com uma nova luz o prelado que muitos dos italianos tinham inicialmente considerado como um apoiante ou apoio do imperialismo. Ele havia criado em torno dele uma corrente de simpatia que incluía Godofredo, irmão do pontífice, por sua vez beneficiado; começamos a olhar para ele, também, como um instrumento que pudesse utilmente servir para enfraquecer a autoridade gradualmente imperial. (GLAESENER, 1947, p. 403)

Apesar de todas as promessas embutidas na eleição de Estevão – tanto por sua origem aristocrática, quanto por ter sido abade da notável Montecassino – seu pontificado foi curto: teve fim com sua morte, em 29 de março de 1058. Porém, como papa “reforçou a esfera de influência papal controlando Montecassino e a *terra sancti Benedicti*, e também os arcebispados de Benevento e Salerno” (STROLL, 2012, p. 65); além de, como seu irmão Godofredo, afirmar seu posicionamento contra os Normandos. Realizou a nomeação de Pedro Damiano como “bispo cardeal de Óstia”, além de ter decretado que não deveria “haver nenhuma eleição até Hildebrando retornar. Estevão sabia que Hildebrando não permitiria a nobreza romana controlar

a eleição de seu sucessor, e que ele daria a Godofredo uma voz forte” (STROLL, 2012, p. 66). Além de conferir à Hildebrando honras e responsabilidades de um ‘sucessor’ temporário do trono pontifício, ainda pensou em como colaborar com a política do irmão. No entanto, podemos considerar que Estevão foi o último papa eleito que não concorreu ao trono papal com outro reclamante simultâneo. O sucessor de Estevão foi escolhido a partir de uma disputa com outro papa, abrindo caminho para uma série de cismas ocorridos ao longo das eleições papais.

Outros personagens contemporâneos precisam ser igualmente mencionados para que se compreenda a situação social do período. Quando o abade Frederico, de Montecassino é eleito papa, seu irmão já se encontra casado com uma marquesa e duquesa do norte da Itália e, portanto, está em vias de implantação da política da Alta e Baixa Lorena nessa localidade. A escolha de Frederico como Sumo Pontífice romano – no interior da Itália – invariavelmente seria útil para os projetos de Godofredo. É um particular e bem definido ponto de ligação entre papado e a casa de Canossa. Talvez seja seu início. Porém veremos que essa relação perdura por muitos anos e pontificados.

Não menos importante é o fato de que os dois sucessores subsequentes de Estevão também são originários de dioceses localizadas no interior das possessões canossanas. Não entendamos esse vínculo, porém, como uma situação que coloca a casa de Canossa à serviço do papado, tal qual apresentam alguns autores; É o trono pontifício, nas pessoas de seus ocupantes, que dependem do marquesado toscano, sua influência, gerência e subsídio. As colocações dão margem para interpretação contrária, é verdade. Mas os domínios de Beatrice não se apresentam como uma espécie de vassalo do trono papal. Os movimentos executados por essa família aristocrata e que beneficiam o papado tem, por finalidade, atender a seus próprios interesses, inseridos na dinâmica de manutenção da ordem das dependências dessa circunscrição administrativa. O elo se inicia com Godofredo/política lorenense e Estevão IX/papado. Canossa é incluída por tabela. Porém, com o passar do tempo e

a dissociação do governo toscano do de Godofredo, poderemos perceber que a relação com a família de Matilda se manteve ainda bem próxima.

No início do ano (1059) após a morte de Estevão, um Concílio geral para analisar a nomeação de seu sucessor foi convocada em Siena, que estava incluída no Marquesado de Beatrice.

A Condessa e sua filha estavam presentes nas deliberações, que eram de mais harmoniosa natureza. A nomeação do Bispo de Florença proposta por Hildebrando, e que tinha recebido a aprovação do Governo Imperial, foi saudada com entusiasmo, e ele foi aceito sem um voto de discordância. (HUDDY, 1906, p. 67-8)

Vemos aqui, uma assembleia da importância de um concílio geral, convocada para decidir a escolha de um novo pontífice, ser realizada no interior do território canossano. Dois pontos aqui, de fato, são importantes: a relevância de um concílio para a prática cristã e, igualmente, a pertinência do lugar escolhido para o acontecimento. Já em 1059, o destaque da família do norte da Itália se mostra presente. Se quisermos apresentar o argumento de que a escolha do local, como sendo de propriedade da casa de Canossa, se deu por configurar em um território ‘neutro’, daí podemos chegar, basicamente, a duas conclusões: a primeira, a de que, mesmo que representasse um domínio isento de influência, fosse do papado romano ou da corte imperial germânica, esta família aristocrática desempenhava um terceiro poder, autônomo. Em segundo lugar, se a primeira opção – excluindo propriedades eclesiásticas e imperiais – para receber um evento dessa natureza fazia parte do marquesado toscano, podemos supor que, para as pessoas envolvidas na organização e na deliberação do concílio, os Canossa não tinham ‘concorrentes’ equivalentes para o poder e a influência que exerciam. O concílio não teve como finalidade apenas destacar um nome para sucessor de Estevão IX; esta assembleia, realizada em Siena também o elegeu. Não foi Roma o berço da sua nomeação, como era de se esperar, foram os domínios canossanos os escolhidos para recepcionar tal decisão. Nem

mesmo outras localidades foram citadas como possibilidades; a escolha de Siena parecia ser a mais conveniente.

O sucessor de Estevão IX, Nicolau II, apesar de ter permanecido também por pouco tempo como sumo pontífice – até 1061 – têm, em sua trajetória, marcos de alguns acontecimentos significativos para a realidade da época. Sua própria eleição não se deu de maneira tranquila, pois, seu nome não era um consenso entre os fiéis e religiosos, que foram deixados ‘órfãos’ quando seu antecessor morrera no ano de 1058. Houve uma perturbação causada por um grupo formado por uma parcela do povo romano e encabeçado pelos condes de Galeria e de Túsculo, que elegeram o cardeal de Velletri, chamado João, atribuindo-lhe o nome pontifício de Bento X. No entanto, o futuro Nicolau II contava com a simpatia e apoio de personagens que igualmente desfrutavam de poder de convencimento e imposição tanto quanto os aristocratas citados acima. O bispo de Florença foi o escolhido de Hildebrando de Soana, de Godofredo de Lorena – nesse período também detentor do título de margrave da Toscana, por conta de seu matrimônio com Beatrice, em 1054 e que, portanto, era o senhor sobre os domínios dos quais o episcopado dele fazia parte – e dos Normandos representados por seu príncipe Ricardo de Cápua (RUST, 2011, p. 170). Notemos aqui que os Normandos, que não contavam com a simpatia de Estevão IX, tampouco de seus antecessores, agora figuravam do mesmo ‘lado’ que seu irmão, Godofredo. Uma demonstração de que, as relações que se estabelecem, os acordos firmados ou as parcerias não são vitalícias. Cada personagem se movimenta entre seu círculo social da maneira que mais lhe favorece política e socialmente. Foi inclusive durante o pontificado de Nicolau que um tratado com os Normandos, sabidos inimigos dos Romanos, foi firmada.

O fato de Nicolau ter sido o escolhido para o trono papal não significou aceitação dos personagens que se opuseram anteriormente à escolha de seu nome. Seu pontificado não seguiu em tranquilidade, tendo ele que lidar, até o fim da vida, com tenazes investidas e ameaças dos romanos inimigos, por exemplo. Para tornar

sua permanência no papado um pouco mais tranquila e para fazer frente a seus opositores, o papa toma a decisão de se aliar com os Normandos, conhecidos inimigos da Santa Sé. Essa aliança se estabeleceu a partir do enfeudamento dado por Nicolau a dois de seus príncipes (Ricardo de Cápua e Roberto Guiscardo) sobre terras que eles tinham conquistados:

A cabeça da cristandade uniu forças com a maior potência militar da época. Simultaneamente, a reforma papal adquiriu suserania ao longo de todo o sul da Itália e jurisdição eclesiástica, e sobre aqueles territórios Árábico e Bizantino que já tinha sido atribuído à igreja Oriental. (WEINFURTER, 1999, p. 117)

Essa parceria estabelecida com os Normandos foi o que deu segurança ao papa para tomar uma atitude tão brusca em relação ao grupo de famílias aristocratas romanas que sempre se envolveram com questões eclesiásticas. Vejamos. Não houve um perdão concedido aos Normandos por tudo²⁶ que eles fizeram contra o papado e parte dos sulistas italianos no passado; é um claro acordo de conveniência. Enquanto o papa permite que eles se apropriem formalmente das terras que haviam pilhado, recebe, em contrapartida promessa de fidelidade e proteção. Aqui, o papado – mais representativo símbolo da Cristandade ocidental da época – recorre ao auxílio de um grupo de laicos, que nem comungavam da fé cristã, até então, para lhe ajudar. Esse grupo, por sua vez não pode receber bens materiais em troca, mas sabe que ter uma legitimidade conferida pelo sumo pontífice tem um grande peso social.

²⁶ A partir da primeira década do século XI, os normandos passaram a habitar o sul da península. Inicialmente sua presença era bem quista pelos habitantes dessas paragens, já que um grupo de peregrinos havia ajudado os moradores de Salerno contra os sarracenos. Com o passar do tempo, os normandos foram expandindo seu lugar de ocupação, nem sempre de maneira pacífica. Em 1027, receberam a autorização do imperador Conrado de se instalarem no sul da Itália, uma vez que sua presença era vista pelo soberano como um possível contrapeso à presença bizantina. Durante o século XI, a existência desse grupo é sempre mencionada por estar ligada às questões políticas e personagens fundamentais do período. Alguns senhores normandos foram investidos pelo imperador Henrique III com possessões e terras, um dos fatores que aumentaram seu poder e influência, já se aliaram com Bonifácio, ou mesmo com Godofredo. Entraram em conflito com Leão IX, posteriormente ganharam a antipatia de Frederico da Lorena. Num outro momento o Papa Nicolau II recorreu ao auxílio desses. Enfim, são só alguns exemplos úteis para ilustrar a participação normanda no medievo italiano do século XI.

No concílio de Latrão, realizado em abril de 1059 e convocado com a finalidade de estabelecer uma normativa quanto as futuras eleições papais – tomando como exemplo a sua própria conturbada nomeação; sabendo poder contar com o respaldo dos Normandos, Nicolau promulga a *In Nomine Domini* (RUST, 2011, p. 172); uma bula papal que conferia a um colégio de cardeais a decisão sobre a escolha dos ocupantes do posto pontifício: “Entrementes Nicolau II, que agia em pleno acordo com o [...] movimento reformador sempre mais forte, no curso de um concílio havia emitido um decreto sobre a eleição dos papas, que, [...] excluía no modo mais absoluto os laicos deste ato” (GOLINELLI, 2004, p. 146).

Os laicos ‘excluídos’ da participação de tão importante escolha, certamente não englobavam todos aqueles que não seguiam uma carreira religiosa. Há que se prestar atenção nos recortes que as colocações permitem: esses laicos diziam respeito àquela parcela de aristocratas romanos que por muito tempo se envolvia e interferia nesse tipo de decisão. O imperador da Germânia, contudo, não fazia parte desses excluídos. Se assim fosse, os acontecimentos seguintes não teriam se apresentado com as configurações que conhecemos. Expliquemos: se houve uma “crise” durante um determinado período no seio da regência imperial, ela se deu, sobretudo, pelos ajustes que foram feitos por conta das mudanças que sucederam a morte de Henrique III – como o episódio de Kaiserswerth (WEINFURTER, 1999, p. 118-9), onde o herdeiro do trono imperial, sem idade necessária para ocupar o posto, é sequestrado dessa ilha pelo arcebispo Anno de Colônia – e não porque a cúria romana não mais reconhecia a legitimidade do poder da corte germânica.

Dois corpos não ocupam o mesmo espaço

Quando Nicolau II morre, em 27 de junho de 1061, depois de um curto, porém marcante pontificado de dois anos, novamente o lugar de sucessor de São Pedro

precisa ser ocupado. Os grupos mais uma vez se apressam a fim de escolherem o melhor titular. Sua morte deu início a uma “corrida” pela sucessão que resultou num dos mais emblemáticos episódios do período, que, além de definir os rumos seguintes do pontificado, ainda nos serve de painel, para que possamos observar as articulações executadas por nossas personagens Lorenenses/Canossanas; a saber: Matilda, Beatrice e Godofredo.

Seguindo a decretal deixada por Nicolau II, os bispos componentes do grupo formado com a finalidade de escolher o Sumo Sacerdote, prontamente pinçaram um nome e elegeram-no papa: o bispo de Lucca, Anselmo da Baggio, sob a denominação de Alexandre II. Esta escolha contou com a aprovação e apoio, por exemplo, da casa de Canossa, uma vez que pertencia a uma diocese localizada nos domínios canossanos – e sua proximidade com Beatrice era já bastante conhecida – e dos Normandos, agora aliados dos reformadores. No entanto:

Em Roma depois da morte do Papa Nicolau em 27 de Julho, os Romanos enviaram uma coroa e outros presentes para Rei Henrique e apelaram para ele sobre a eleição do supremo pontífice. Ele realizou um concílio geral em Basiléia, colocou a coroa enviada pelos Romanos e foi chamado patrício dos Romanos. Em seguida, com o consentimento comum de todos eles de acordo à eleição dos enviados dos Romanos em 26 de Outubro Bispo Cádalo de Parma foi eleito papa por um ato de simonia, uma vez que (é dito) muitos subornos foram dados a certas pessoas. Ele foi chamado Honório, mas ele nunca foi destinado a possuir o papado. Vinte e sete dias antes da sua nomeação, entretanto, o bispo de Lucca, chamado Anselmo, foi ordenado como o 157º papa pelos Normandos e por certos Romanos e foi chamado Alexandre. (ROBINSON, 2008, p. 116-7).

Se a posição de Beatrice já era mais clara, a de seu esposo, nessa época, ainda não. Por dois anos, após uma invasão de tropas germânicas e Roma, o desenrolar de uma guerra civil desgastou a população, seus recursos e suas forças. Após esse período de conflito armado próximo aos domínios canossanos, Godofredo se fez

contemporizador entre as partes envolvidas, orientando-os que retornassem para seus bispados até que o rei decidisse por escolher um deles. Como nesse período quem governava o Império era o arcebispo de Colônia, este convocou um concílio em outubro de 1062 em Augsburg, poucos meses depois do sequestro do menino imperador do castelo de Kaiserswerth, a pedido de Pedro Damiano, a fim de que a questão do cisma que havia se instaurado entre Cádalo de Parma, dito papa Honório II e Anselmo de Lucca, chamado papa Alexandre II pudesse ser resolvida. Dentre os integrantes da assembleia havia representantes das igrejas romana, lombarda e germânica. Após muita discussão e divergência nas opiniões, os bispos da Itália afirmaram que nenhuma decisão poderia ser conclusiva sem que os arcebispos de Milão e Ravenna estivessem participando da deliberação. Foi então que, sem uma sentença final e sem conseguir controlar a reunião, Anno atesta que o julgamento deveria ser postergado para outro concílio (STROLL, 2012, p. 172-3).

O fato de um concílio, convocado pelo representante do império, não obter sucesso, adiando seu resultado para uma data e um evento posterior, demonstra um enfraquecimento da realeza germânica, uma vez que não parece ter traquejo, poder ou influência suficiente para fazer valer sua autoridade sobre todos os outros integrantes, que apesar de estarem separados por grupos das igrejas de origem, mantinham em comum os ânimos exaltados. E igualmente destaca a intensidade e gravidade do conflito anunciado.

Pedro Damiano envia uma carta para Anno de Colônia onde reforça o argumento de que outra reunião deve ser convocada para que a decisão – que nessa época já não era tão incerta assim – seja de fato decretada. O religioso não deixa de demonstrar a aversão que tem pelo bispo de Parma, fazendo uso de ‘adjetivos’ com um apelo ofensivo bastante significativo. O fato do monge avelanita demonstrar oposição à Cádalo, não diminui, em nenhum momento, o grau de ameaça que este representava para a campanha de Alexandre. A escolha do bispo de Parma contava

com o consentimento da imperatriz Agnes, e o apoio dos bispos do norte da Itália e da aristocracia Romana.

Além disso, tua excelência estendeu vossa mão para o sacerdócio no qual tu trabalhaste para cortar o pescoço escamoso da ‘besta de Parma’ com a espada do rigor evangélico e para reinstalar o bispo da Sé Apostólica no trono de sua dignidade. Mas, uma vez começada a tarefa, a menos que realizeis o gesto final e aproveites a oportunidade que se permanece, o edifício sagrado sobre o qual pousaste vossa mão encontrar-se-á sob o risco de desabar. Pois o infame Cádalo, o perturbador da Santa Igreja, o sublevador da disciplina apostólica, o inimigo da salvação humana; ele, eu digo, que é o caminho para o pecado, o arauto do diabo, o apóstolo do Anticristo, a flecha disparada do tremor de Satã, o bastão da Assíria, o filho de Belial, o filho da perdição que afirma ser maior do que tudo que os homens chamam de Deus, muito maior do que tudo o que é adorado, ainda respira fogo como um hediondo dragão, e com as imundícies de seu dinheiro envenenado causa um fedor nas narinas dos homens, e pelo sopro de suas perdição, como um novo heresiarca, perturba a vacilante fé dos homens (PEDRO DAMIANO. Epistola 99. MGH Briefe 3: 99).

Não temos conhecimento da réplica de Hildebrando e Alexandre II para essa epístola; no entanto, a carta seguinte, escrita por Pedro Damiano e que descreve as possíveis reações dos religiosos, mostram o descontentamento destes com a possibilidade da realização de um novo concílio para eleger aquele que de fato ascenderia ao trono papal.

Ao Pai e o Filho, o papa e o arqui-diácono, o pecador monge Pedro oferece seus préstimos. (...) Eu invoco Jesus e seus santos anjos como testemunhas de que não menti oferecendo-vos esta explicação. E então, se eu tiver que morrer por esta carta, eu vos ofereço meu pescoço, perfurem-me com vossa adaga. (...)

Mas agora conterei meu espírito, segurarei meus lábios e, embora tardiamente, ainda peço misericórdia(...) Enviando-me esta santa mensagem, entretanto, cada um de vós parece agir de modo distinto. Um,

parece-me, é cuidadoso e amigável com um interesse paternal, enquanto o outro ameaça um ataque hostil e terrível. Um de vós, como o sol, banha-me com o calor de seu esplendor brilhante, mas o outro, como o tempestuoso vento, sopra como uma violenta tormenta. (PEDRO DAMIANO. Epistola 107. MGH Briefe 3: 186-187)

O tom alarmante da epistola de Pedro Damiano, oferece mostras de quão indesejável e a desconfortável era a possibilidade de um novo concílio. E a fúria ostensiva tem um destinatário: Cádalo de Parma. Não tivesse este se arvorado a estampar simultaneamente o título de papa, a questão estaria resolvida. Fosse ele um oponente desprezível, sem apoiadores relevantes, também. Aquele que se posicionou quanto à realização de um novo concílio de forma furiosa foi Hildebrando, e mesmo que apresentasse um comportamento mais contido, Alexandre II compactuava com esse se posicionando de forma contrária a essa solução. Para Hildebrando, a questão da eleição papal poderia ter se findado em Augsburg; não porque o episódio fora hábil em resolver a contenda, mas justamente pelo fato de que uma nova assembleia daria margem para uma possível articulação do lado oposto e faria com que ele precisasse empreender esforços novamente na campanha de Alexandre. E o fato do monge avelanita se referir a Hildebrando e Alexandre como pai e filho, somente reforça a relação próxima mantida pelos dois (STROLL, 2012, p. 193) e como esse primeiro poderia influenciar as ações do bispo de Lucca.

Vejamos, o cardeal bispo de Óstia recorreu ao representante do reino da Germânia, ou seja, ainda que fosse um membro do *sacerdotium*, Damiano não reconhecia o decreto papal de Nicolau II que conferia ao colégio de cardeais autonomia para decidir acerca dos eleitos a ocuparem a cadeira de São Pedro, como suficientemente capaz de pôr um fim à questão. Para ele, ainda deveria ser da alçada do *regnum* a decisão sobre o pontífice escolhido. Ficou decidido que o concílio se realizaria “em Mântua uma cidade controlada por Godofredo, e convenientemente entre a Germânia e a Itália, onde cada lado poderia apresentar seu caso” (STROLL, 2012, p. 195). Contudo, o concílio poderia ter sido realizado em alguma localidade da

Germânia, ou mesmo em outra região mais ‘neutra’, haja vista que Anselmo era bispo de Lucca, de propriedade dos canossanos tanto quanto Mântua. Acontece que, nessa ocasião, Godofredo ainda não se decidira sobre quais dos dois papas apoiaria, porém mantinha relações com o império que já tinha se posicionado favoravelmente à Cádalo: “Com Honório II haviam se aliado o imperador, o patriciado romano e os poderosos bispos da Itália setentrional; com Alexandre II o “partido” reformador, os Normandos e uma outra parte dos Romanos” (GOLINELLI, 2004, p. 148). O bispo de Parma parecia contar com apoio da Imperatriz Agnes e de parte da corte germânica, mas não de Anno, que apesar de não fazer campanha declarada, tendia a aceitar melhor a escolha do nome de Alexandre II. No entanto, como a escolha deste não tinha contado com a sua presença, tampouco com o seu consentimento, ele não poderia simplesmente acatar essa decisão sozinho. Ainda que advogasse em causa própria, nesse momento, o arcebispo de Colônia ocupa o topo do governo imperial. Mas para que pudesse manter seu nome vinculado à causa imperial, não podia mostrar contrariedade à decisão do rei, que por sua vez, preferia a escolha de Cádalo.

No período que antecedeu a assembleia em Mântua, já era possível encontrar o arcebispo de Colônia se articulando, sobretudo panfletando de maneira contrária à Alexandre II:

Anno começou transmitindo queixas formais do rei e dos príncipes contra Alexandre: que ele tinha alcançado seu ofício através da heresia de simonia; que ele tinha conseguido o apoio e a amizade dos Normandos, inimigos do Império, e que por sua ajuda, e contra regulações eclesiásticas e a vontade do rei, ele manteve este poder. Anno afirmou que ele foi autorizado pelo rei para determinar o que era verdade. (STROLL, 2012, p. 197)

Portanto, para se desvencilhar da responsabilidade de, mais uma vez, ser responsável por colocar um ponto final no cisma papal e não conseguir, além de saber não possuir credibilidade suficiente – por conta da incapacidade de resolver a questão, aliada à falta, nesse momento, de um posicionamento de Godofredo – para que sua

escolha fosse acatada de maneira unânime, Anno, com a orientação de algumas figuras importante, decide por realizar o concílio em Mântua.

Mântua e a casa de Canossa

Como vimos em oportunidades anteriores, a localidade de Mântua ocupava uma posição central para os domínios canossanos; mas sua relevância também atingira outras esferas, como os interesses e assuntos eclesiásticos, recebendo em seu interior, por exemplo, assembleias da magnitude de um concílio geral, haja vista a utilização dos espaços canossanos pelo papa Leão IX. Esse destaque datava desde a época de Bonifácio que havia a escolhido:

É notável, pois, que os Canossanos tinham jurisdição sobre Mântua e seu condado, e que esta cidade por um certo tempo foi de fato considerada como o centro de seus domínios. Finalmente deve ser lembrado que Bonifácio queria na catedral mantuana a sua tumba e dos seus próprios filhos. (FALCE, 1927, p. 274)

Esse polo de poder que tinha sido eleita, anteriormente, para ocupar tão destacada posição, pelo marquês Bonifácio, volta a ser utilizada durante a gestão deste e, sobretudo, anos depois de sua morte, por razões que incluem, mas vão além daquela que foi o motivo crucial de predileção do marquês: sua localização geográfica

(...) se Canossa é a fortaleza apeninica legada à origem da família, Mântua representa o ponto de referência do período talvez mais esplendido desta dinastia, aquela do governo do marquês Bonifácio.

Bonifácio muda para Mântua a sua residência, provavelmente por estar mais perto à maior via de comunicação do momento: a estrada que da França ou da Germânia levava a Roma (GOLINELLI, 2004, p. 109)

Quando Bonifácio fez aí sua morada, provavelmente não imaginou que anos após sua morte, ela seria palco da resolução de um conflito dos mais significativos e que afetou não só os participantes, mas também aqueles que não estavam presentes na ocasião. Uma vez que sua convocação foi feita contando com a presença das mais importantes figuras clericais e do laicado, que juntas, de uma forma ou de outra, respondiam pela administração de um raio territorial que extrapolava os limites territoriais do norte da Itália em muito. Para nós, esse acontecimento carrega significados mais profundos: demonstra que os canossanos tinham condições de deter o controle sobre a tomada de decisões envolvendo relações de poder consideradas pela historiografia como maiores; como se o fato de ter sido Mântua a sede de um concílio que tinha como pauta a resolução de um caso onde duas pessoas reivindicavam para si o posto pontifício, demonstrasse a influência exercida por essa família.

Em 31 de maio de 1064, depois de ser definida em uma reunião no mês anterior que contou com a presença de alguns legados de Roma, Mântua é escolhida e recebe o concílio para definir qual dos dois proponentes seria considerado o sucessor legítimo de Nicolau II. Como havia esperado por um auxílio prometido por Henrique sem obter sucesso, Cádalo viu no concílio uma oportunidade de expor seus argumentos e, quem sabe, assim convencer os interlocutores de seu merecimento. Vale lembrar que o esposo de Beatrice, Godofredo, não se encontrava presente em Mântua durante a realização do concílio. Ou seja, qualquer atitude tomada pelas senhoras de Canossa não estavam relacionadas ao posicionamento do duque da Lorena. Mesmo que tenha permanecido por alguns anos em uma posição mais discreta, Beatrice da Lorena, em dado momento, compreendeu que de seus esforços dependia a continuação do legado que fora deixado para sua filha e que, por ser grandioso e próspero, não poderia ser conferido aos cuidados de outros. E no Concílio de Mântua, a duquesa e marquesa já começaram a perceber quão arraigadas nos seus domínios estavam as características da política aplicada por Godofredo.

Godofredo, em virtude de seu casamento com Beatriz de Toscana, tinha sido reconhecido tanto Marquês da Toscana e o Duque de Espoleto.

(...) Como o marido de Beatrice, Godofredo realmente sucede Marquês Bonifácio. Tomando o título de marquês, ele se tornou o proprietário de todos os feudos da casa de Canossa (Reggio, Modena, Mântua, Brescia, Verona, Parma, o condado de Ferrara). Como é também apontado, está em Mântua ou pelo menos em um dos domínios do Norte que Bonifácio de preferência residia; ele foi visto muito raramente em Florença ou nas proximidades. Também foi a esta cidade que Godofredo orienta agora sua esfera de ação; ele fez Florença a capital e se esforçou para dar-lhe toda a glória e todo o esplendor que era apropriado para o grande papel que ele ocupou. (GLAESNER, 1947, p. 404)

Podem se perguntar o motivo pelo qual, não podendo contar com a legitimidade dada pelo papa, uma vez que sua convocação tinha se dado justamente para que este fosse escolhido, o concílio de Mântua é considerado como um concílio geral. O fato é que, a oposição simultânea de dois papas é uma das premissas para a realização de tal assembleia, que, nesse caso, se ocuparia da resolução do embate. Assim também, alguma grande heresia interna ou externa à comunidade cristã, ou quando há a necessidade da execução de algum tipo de reforma estrutural na Igreja, são alguns dos motivos que levavam os bispos a se reunirem em concílios gerais (HEFELE, 1997, p. 13-4).

O fato de o concílio ter sido realizado em Mântua, certamente foi pelo consentimento de Godofredo, não de Beatrice, pois esta já apresentara seu descontentamento com a figura de Cádalo, tanto que tentou impedi-lo de passar por suas terras, retardou o acesso deste a Roma fazendo-o cavar uma vala na estrada de Modena (DONIZONE, 2008, p. 107-9). A ausência do duque lorenense nas imediações da assembleia permitiu, portanto, à Beatrice que efetuasse um posicionamento menos incerto. E, sendo ela contrária à nomeação de Cádalo, esse perdera a força apoiadora que Godofredo poderia representar. Isso significa que o Concílio em Mântua foi uma demonstração de como forças imperiais se submeteram

à casa de Canossa, conferindo a esta, o protagonismo na recepção de um acontecimento com a importância que os concílios já tinham adquirido nesse tempo. Mas por forças imperiais não nos referimos aqui à corte imperial, ou a liderança do arcebispo de Colônia; essa potência estrangeira é personificada por Godofredo, o que torna sua exclusão mais complicada, pois não é uma visita, é uma presença entranhada no cerne do poder toscano. Contudo, isso se deu porque a pessoa que personificava a gestão da casa de Canossa, nesse momento, para Anno de Colônia, era Godofredo; que para esse contexto era um aliado do arcebispo. Mas ele não incorporava tal ‘responsabilidade’ da mesma forma, pois, se visse a si próprio como o senhor da Toscana, estaria ao menos presente quando da realização do concílio. Essa ausência representa mais um indício de que, mesmo de forma contida, o concílio foi cenário para a articulação individual de Beatrice. E, ainda que o duque lorenense tenha ocupado o lugar de Bonifácio quando se casou com Beatrice em aquisição de bens e estirpe e prestígio e não como representante do marquesado, ele não fez uma campanha pró-papal durante o contexto do concílio; tanto que tinha ressalvas a Hildebrando, que vinha promovendo a reforma e acompanhando de perto sucessivos pontífices e por que este, na opinião de Godofredo “tinha jogado o papado nas mãos dos normandos, que ele detestava, provocando uma aliança parecia ameaçar a posição predominante de Godofredo na Itália Central, mas sua defesa enérgica de Alexandre demonstrava que ele ainda era necessário pelas reformas” (STROLL, 2012, p. 203).

Tivesse Godofredo assumido a posição de senhor de Canossa no concílio de Mântua, poderia ter transformado essa ocasião em um momento de apogeu para a casa, mas não o fez. Em vez disso, quis manter uma política lorenense, quando todos o viam como marquês da Toscana e teve uma possibilidade de ascensão vultuosa de afirmação de poder escapando por suas mãos. Até sua morte, não houve outra ocasião que pudesse substituir a glória que o envolvimento com o concílio lhe daria. Enquanto isso, temos Beatrice que, anseia por aplicar a política que julga ser característica de sua família, mas ainda tem a sombra, que existência e o significado social de Godofredo, indo em direção diferente, faz pairar sobre sua cabeça. Seu posicionamento não é

claro. Como poderia? A duquesa apresenta um comportamento confuso e secundário, afinal, aqui, para todos, ela não é a senhora de Canossa, é a esposa do senhor. É por conta dessa falta de definição de um único propósito do poder canossano que o cronista presente no concílio, Benzo de Alba, tem margem para produzir uma narrativa tão confusa, onde nem mesmo os envolvidos parecem ter clareza sobre suas ações.²⁷

Mas o motivo que possibilitou a realização de um concílio, com a incumbência de resolver um cisma papal que o representante do poder imperial germânico não conseguira dar fim, em Mântua, tem uma razão: sendo os dois candidatos oriundos das dependências dos condes de Canossa (Cádalo, de Parma e Anselmo, de Lucca); era a essa casa que eles reportavam. Um exemplo de que a casa de Canossa configurava a representação do poder naquela localidade. E o concílio em Mântua é uma clara demonstração de como essa família já era uma presença consolidada no seio da sociedade.

Posteriormente, Godofredo assumiu sua escolha pelo nome de Alexandre, mas isso gerou certo rancor em Pedro Damiano que, em uma carta, solicitou que os duques da casa Canossa/Lorena pedissem perdão de forma pública. O papa Alexandre II, indo um pouco mais adiante, separou-os alegando extrema proximidade de parentesco. “Segundo um relato, em seu leito de morte, Godofredo revelou que como punição Alexandre tinha forçado-o a se separar de sua esposa até ele demonstrar sua contrição por fundar um monastério” (STROLL, 2012, p. 229). Beatrice parece ter aceitado a “oferta” e fundou um monastério em nome dos dois além de se posicionar acerca da tomada de determinadas decisões de uma maneira que aprovesse à Alexandre II, com a finalidade de voltar a contar com a simpatia do pontífice. Ainda que durante todo este trabalho tenhamos associado a edificação de bens patrimoniais à benesses ou à intenção às almas, esses não são os únicos

²⁷ Ver: BENZO DE ALBA. *Ad Heinricum*. MGH SS rer. Germ. 65: 348-352.

‘sentimentos’ que promovem o ato de construí-los; aqui, a edificação de um mosteiro foi estabelecida como a condição para a reaproximação dos cônjuges.

O papa Alexandre retomou a cathedra com veneração;
Aquele [Cádalo] em fuga a Parma retornou, agora esgotado.
Conservou o nome de papa, aquele nome que em vão havia assumido;
Justamente ridicularizado, morreu com seu crime em Parma.
Feliz reinou o papa Alexandre; com amor paterno
Se esforçou como antes a conduzir ao curral o desviado soberano,
Mas ele traiçoeiro desprezou os conselhos do papa,
E apenas ao ímpio e orgulhoso preferiu dar ouvidos;
Continuando a errar na iniquidade, vendeu os bispados,
E não parou de fazer tanto mal para aquilo que o papa disse.
Muito triste por isso, Beatrice e Matilda
Se alinharam com papa Alexandre, que veneravam.
Mas o papa, depois de ter sofrido tais coisas,
Morreu nove dias depois do final do perfumado Maio.
No jardim do céu ele em paz repousou. Amém.
Então corria o ano mil e setenta e três de Deus. (DONIZONE, 2008, p. 109).

Aqui podemos observar duas situações importantes: o fato de o então, agora legitimado, papa Alexandre II ter seguido seu pontificado ‘com amor paterno’, fazendo-nos remeter ao assunto do primeiro capítulo: estaria o religioso aplicando um amor de pai ao seu rebanho? À sua família? Não deixa de ser o Sumo Pontífice, o pai na terra da família cristã. Outro ponto que merece destaque é a mudança dos personagens centrais no cenário sócio-político que sucedeu o concílio. De acordo com o relato de Donizo, Cádalo terminou esse episódio desmoralizado, pois, além de

continuar usando o título pontifício – sem credibilidade nenhuma – saiu de Mântua fugido, em retorno para seu bispado. Aqui a presença de Godofredo não é sequer mencionada; em contrapartida, Beatrice e Matilda aparecem como o anúncio de uma nova configuração de governo, onde, além de apoiarem claramente o pontífice, a pessoa do duque lorenense, que já havia enfrentado a resistência de Alexandre II quando este impôs sua separação de Beatrice, não tem relevância, como também não tem mais relevância a participação, tampouco o governo de Anno de Colônia. Ele que não havia conseguido resolver o cisma, precisa se recolher agora a uma posição secundária, já que o imperador Henrique IV já dispõe de condições de assumir o posto que lhe pertence e que havia sido alvo da rapinagem do arcebispo.

A questão de Anno vai além de um esquecimento por parte dos agentes sociais presentes no concílio. O arcebispo, que no tempo da assembleia era quem respondia pelo trono imperial germânico, teve uma participação irrisória, se comparada, por exemplo, com a do requerente da cadeira de São Pedro, Alexandre II. Retornando para a Germânia, constatou que o Adalberto, arcebispo de Hamburgo-Bremen dispunha da simpatia e confiança de Henrique IV, que ainda nutria antipatia por Anno. Agnes retorna para a corte de seu afastamento compulsório (ROTONDO-McCORD, 1996, p.310). Ou seja, mesmo tendo aplicado esforços no sentido de desestabilizar, ou mesmo afrontar o imperador – como no caso do resgate das relíquias de Conradoo – o arcebispo de Colônia já não representava uma força capaz de fazer frente à família imperial.

Conclusão

O Concílio de Mântua somente apresentou tal configuração – ter personagens que se moviam de maneira incerta; um governo que começava a ser caracterizado por duas vertentes diferentes; a presença de uma política externa aos domínios canossanos

esforçando-se por imprimir-lhe um perfil diferente; a fraqueza da soberania imperial causada pela intervenção do arcebispo que não conseguira manter a tenacidade na gestão – por ter acontecido em 1064. Toda a conjuntura ao seu redor dava esse tom de incerteza e instabilidade que pudemos perceber em seus integrantes. Não somente nos dois personagens-foco: Anselmo de Lucca e Cádalo de Parma, mas igualmente em Anno de Colônia, Godofredo, Matilda e Beatrice. Os interesses pessoais de Godofredo não correspondiam àqueles que Beatrice vislumbrava para designar seu marquesado. Assim, vemos uma casa extremamente rica e importante, com influência tanto dentre os laicos aristocratas quanto entre os religiosos, mas que não apresenta uma posição de política local. Durante todo o tempo que durou o casamento de Godofredo e Beatrice, vemos não uma coesão, mas em muitas ocasiões uma estratégia de governo que se sobrepõe à outra, ou mesmo forças que se dirigem para lados completamente opostos.

Um dos objetivos desse trabalho foi mostrar que a casa de Canossa era solicitada pela possibilidade que tinha de reunir tamanha força militar suficientemente capaz de proporcionar, por exemplo, segurança para o eleito de Deus. Mas não somente isso. Esse legado do norte da Itália era a manifestação de um poder – muito bem estruturado que, apesar de todas as intempéries, não encontrou oponente com recursos ou arbítrio para lhe dizimar – alicerçado sobre uma lógica de política local, que expandia para os espaços exteriores à sua localidade, os reflexos de sua organização.

O governo de Beatrice e de Matilda, tal qual nos empenhamos em apresentar somente teve início após um período de reinstauração da política canossana, ocorrida ainda antes da morte de Godofredo. O fato é que ela se inicia com Beatrice, que por descendência era também lorena, como o esposo. Isso significa dizer que a duquesa se integrou à casa de Canossa e, que ser casada com alguém que mantinha as mesmas ligações parentais com sua terra natal, não foi premissa suficiente para fazê-la alterar seu posicionamento. Temos, assim, uma lorenaense trabalhando no sentido de manter

a jurisdição e o poder de uma casa localizada na Itália setentrional. Porém, é somente quando o duque da Alta e Baixa Lorena falece que as canossanas conseguem, enfim, retomar o controle do patrimônio e administrá-lo da forma como gostariam.

Instável, como o papado da época por conta das sucessivas eleições pontifícias em curto espaço de tempo, intercaladas por conturbados cismas, era a corte imperial depois da morte de Henrique III. Por um período de quatro anos, até que seu filho pudesse assumir a sucessão, o que vimos foi um festival de acontecimentos que escaparam do controle dessa autoridade justamente por não ser enxergada dessa forma. O afastamento compulsório da imperatriz regente Agnes, o rapto do menino imperador, a ascensão de Anno de Colônia que, após estar estabilizado no cargo, não conseguiu atender minimamente às expectativas que tinham sido colocadas sobre seus ombros, sentiu sua credibilidade e influência despencar numa queda vertiginosa. O arcebispo não conseguira dar cabo da questão do cisma que se estabeleceu em 1061 entre Anselmo de Lucca e Cádalo de Parma, por sinal, ambos pertencentes a dioceses inseridas nos domínios canossanos. Coube à casa de Canossa, com sua autoridade política e dimensão geográfica favorável resolver essa questão e coroar um papa. Esses acontecimentos contribuíram para que o marquesado da Toscana, que então já era uma potência no norte da Itália, se estabelecesse com um papel central nos acontecimentos que se desenrolaram. Ter recebido um concílio tão significativo, como foi o de Mântua, no interior de suas possessões, permitiu à condessa vislumbrar a dimensão que o peso do apoio de sua casa tinha para líderes espirituais e aristocratas laicos.

Referências

ALBERIGO, Giuseppe. **História de los concílios ecumênicos**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

BENZO DE ALBA. **Ad Heinricum**. MGH SS rer. Germ. 65.

CANTARELLA, Glauco M. L'imortale Matilde di Canossa. In: CALZONA, Arturo. **Matilde e il tesoro dei Canossa tra castelli, monasteri e città**. Milano: Silvana Editoriale, 2008 p. 50-67.

DONIZONE. **Vita di Matilda di Canossa**. Milano: Jaca Book, 2008.

DUFF, Nora. **Matilda of Tuscany: La Gran Donna D'Italia**. London: Methuen & CO, 1909.

FALCE, Antonio. **Documenti inediti dei duchi e marchesi di Tuscia**: (secc. VII-XII). In: *Archivio storico italiano*. Firenze: Leo S. Olschki Ed., 1927.

FALCONIERI, Tommaso di Carpegna. Roma e Leone IX. In: CANTARELLA, Arturo Calzona e Glauco Maria. **La reliquia del sangue di Cristo**: Mantova, l'Italia e l'Europa al tempo di Leone IX. Mantova: Scripta Edizioni, 2012 p. 324-39.

GLAESENER, Henri. Un mariage fertile en consequences: (Godefroid le Barbu et Béatrice de Toscane). **Revue d'histoire ecclésiastique**. Louvain, v. 52, p. 379-416, 1947.

GOLINELLI, Paolo. **Matilda e i Canossa**. Milão: Mursia, 2004.

HEFELE, Charles. **History of the councils of the church**. Oregon, USA: Books for the ages, vol. 1, 1997.

HUDDY, Mary E. **Matilda, Countess of Tuscany**, Londres: Jonh Long, 1906.

PEDRO DAMIANO. **Epistulae**. MGH Briefe 3: 99

ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century:** Lives of Pope Leo IX and Pope Gregory VII. USA: Manchester University Press, 2004.

ROTONDO-McCORD, Jonathan. Body snatching and episcopal power: Archbishop Anno II of Cologne (1056-75), burials in St Mary's *ad gradus*, and the minority of King Henry IV. **Journal of medieval history**. vol. 22, n. 3, p. 297-312, dez. 1996.

RUST, Leandro Duarte. **'Colunas de São Pedro':** a política papal na Idade Média Central. São Paulo: Annablume, 2011.

STROLL, Mary. **Popes and antipopes:** The politics of eleventh century church reform. Leiden, Boston: Brill, 2012.

SUTRI, Bonizo of. "Book to a friend". Book V. In: ROBINSON, Ian S. **The papal reform of the eleventh century:** Lives of Pope Leo IX and Pope Gregory VII. USA: Manchester University Press, 2004.

WEINFURTER, Stefan. **The salian century:** Main currents in an age of transition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.